SAAE
MOGI MIRIM

# Memorando 330/2026

**De:** Daniela G. - DADM

**Para:** PR - Presidente

**Data:** 05/08/2026 às 11:36:51

**Setores (CC):**

PR, DF

**Setores envolvidos:**

PR, PR-ASSJUR, DF, DADM, GADM-RH, PR-ASSJUR2

## Atualização da referência salarial do cargo de Contador

NEIROBERTO SILVA - PR

Informo que a Lei Municipal nº 411/2026, em seu artigo 6º, promoveu a reclassificação da referência salarial do cargo de Contador no âmbito da Prefeitura, passando da classe 09/UN para 10/UN.

Considerando que o cargo de Contador do SAAE possui atribuições equivalentes às desempenhadas pelos contadores da Prefeitura, não se mostra adequado manter referências salariais distintas entre os entes, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.

Diante do exposto, solicito autorização para dar início aos trâmites necessários visando ao envio de Projeto de Lei com o objetivo de regularizar a situação.

Daniela Granziera
*Diretora Administrativa*

**Memorando 1- 330/2026**

**De:** NEIROBERTO S. - PR

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 05/08/2026 às 14:21:01

Defiro a solicitação.

–

Neiroberto Silva
*Presidente*

**Memorando 2- 330/2026**

**De:** Daniela G. - DADM

**Para:** PR-ASSJUR - Assessoria Jurídica

**Data:** 05/08/2026 às 14:22:35

**Setores (CC):**

PR-ASSJUR, PR-ASSJUR2

Para análise e parecer.

–

Daniela Granziera
*Diretora Administrativa*

PROC. Nº 133/26

FOLHA Nº 08

**Memorando 3- 330/2026**

**De:** Paula F. - PR-ASSJUR

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 20/08/2026 às 10:23:58

Prezada Diretora Daniela Aparecida Granziera - DADM

Em contato com a Sra. Regina, responsável pelos Projetos de Lei encaminhados pela Prefeitura Municipal à Câmara Municipal, fui informada de que o Projeto de Lei em questão deverá ser instruído com o respectivo **estudo de impacto orçamentário-financeiro**, tendo a servidora esclarecido expressamente que referido documento é imprescindível para o regular prosseguimento da proposta.

Dessa forma, aguarda-se a juntada do estudo de impacto orçamentário-financeiro ao presente protocolo, a fim de que, após a devida instrução, seja realizada a análise jurídica do Projeto de Lei.

Atenciosamente.

–

Paula Machado Guimarães Fogo
*Advogada*

**Memorando 4- 330/2026**

**De:** Paula F. - PR-ASSJUR

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 20/08/2026 às 10:58:50

Prezada,

Anexo parecer juridico quanto ao PL anexo.

--

Paula Machado Guimarães Fogo
*Advogada*

**Anexos:**

parecer_juridico_PL_contador.pdf

SAAE
MOGI MIRIM

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim – SAAE
ASSUNTO: Projeto de Lei Complementar – alteração da referência salarial do emprego público de Contador.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica de Projeto de Lei Complementar que pretende alterar o Anexo II da Lei Complementar nº 206/2006, para modificar a referência salarial do emprego público de Contador do SAAE da classe 09/UN para a classe 10/UN, mantendo-se inalterados o quantitativo de 02 (dois) empregos e a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A matéria encontra-se inserida na competência legislativa municipal e observa a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, uma vez que o art. 51 da Lei Orgânica de Mogi Mirim atribui ao Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos, bem como sobre aumento de sua remuneração.

A utilização de Lei Complementar mostra-se adequada, considerando que a alteração pretendida incide diretamente sobre a Lei Complementar nº 206/2006, que disciplina o quadro de pessoal, plano de empregos, carreira e salários dos servidores do SAAE.

No aspecto material, a Lei Complementar nº 206/2006 estabelece que os servidores efetivos terão sua carga horária, vencimentos e salários fixados de acordo com as referências constantes de seus anexos.

Dessa forma, não se verifica óbice jurídico à alteração da referência salarial do emprego público de Contador da classe 09/UN para a classe 10/UN, mediante a correspondente alteração legislativa do Anexo II da Lei Complementar nº 206/2006.

A proposta não cria novos empregos nem altera a jornada de trabalho, limitando-se à modificação da referência salarial dos 02 (dois) empregos de Contador já existentes no quadro da Autarquia.

Por acarretar aumento de despesa com pessoal, deverão ser observados os requisitos orçamentários e fiscais pertinentes. A Lei Orgânica Municipal condiciona o aumento de remuneração à existência de prévia dotação orçamentária suficiente.

Assim, recomenda-se que o expediente esteja devidamente instruído com manifestação do setor competente quanto ao impacto orçamentário-financeiro, disponibilidade orçamentária e observância dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

SAAE
MOGI MIRIM

Registre-se, ainda, por fim, que a Lei Complementar Municipal nº 411, de 6 de maio de 2026, ao promover alterações no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal, modificou a classificação do emprego público de Contador, alterando sua referência da classe 09/UN para a classe 10/UN, circunstância que igualmente fundamenta a proposta ora analisada no âmbito do SAAE.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica OPINA FAVORAVELMENTE À VIABILIDADE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, que pretende alterar o Anexo II da Lei Complementar nº 206/2006, modificando a referência salarial do emprego público de Contador do SAAE da classe 09/UN para a classe 10/UN, mantendo-se inalterados o quantitativo de empregos e a respectiva jornada de trabalho.

A proposta observa a competência municipal, a iniciativa legislativa pertinente e a espécie normativa adequada, não se verificando óbice jurídico à alteração pretendida.

Ressalva-se apenas a necessidade de prévia observância e comprovação dos requisitos orçamentários e fiscais aplicáveis ao aumento da despesa com pessoal.

Atendidos tais requisitos, não se vislumbram óbices jurídicos ao encaminhamento do Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para regular tramitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mogi Mirim, 20 de agosto de 2026.

PAULA MACHADO GUIMARAES FOGO

Digitally signed by PAULA MACHADO GUIMARAES FOGO
DN: cn=PAULA MACHADO GUIMARAES FOGO, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=ADVOGADO, email=paulambela@hotmail.com
Date: 2026.08.20 10:56:20 -03'00'

PAULA MACHADO GUIMARÃES FOGO
Procuradora Jurídica
SAAE – Mogi Mirim

**Memorando 5- 330/2026**

**De:** Evandro T. - DF

**Para:** GADM-RH - Recursos Humanos - A/C CELINA S.

**Data:** 20/08/2026 às 11:17:03

Prezada Sra. Celina

Solicito que informe os valores atuais das referências salariais 09UN e 10UN para o estudo do impacto orçamentário-financeiro necessário ao prosseguimento do PL.

Att.

Evandro Antonio Trentin
*Diretor Financeiro*

**Memorando 6- 330/2026**

**De:** CELINA S. - GADM-RH

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 20/08/2026 às 16:17:24

Boa tarde,

Conforme solicitado, segue abaixo as informações.

CONTADOR

| DESCRIÇÃO | 9UN | 10UN |
|---|---|---|
| SALÁRIO | R$ 5.881,24 | R$ 6.586,98 |
| FGTS | R$ 470,50 | R$ 526,96 |
| INSS | R$ 1.176,25 | R$ 1.317,40 |
| TOTAL | R$ 7.527,99 | R$ 8.431,33 |

–

Celina Pulchinelli Staiger

Assessor da Diretoria

PROC. Nº 133/26

FOLHA Nº 14

**Memorando 7- 330/2026**

**De:** Evandro T. - DF

**Para:** DADM - Diretoria Administrativa - A/C Daniela G.

**Data:** 28/10/2026 às 09:38:33

Prezada Sra. Daniela

Segue o Estudo de impacto orçamentário-financeiro acerca da alteração pretendida para a alteração na referência salarial do cargo de contador.

Att.

–

Evandro Antonio Trentin
*Diretor Financeiro*

**Anexos:**

ESTUDO_DE_IMPACTO_ORCAMENTARIO_cargo_contador.pdf
RGF_2026_2Q.pdf

SAAE
MOGI MIRIM

## ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

**Assunto:** Análise do impacto orçamentário e financeiro decorrente da alteração da classe remuneratória do cargo de Contador, de 9UN para 10UN.

### I – DO OBJETO

O presente parecer tem por finalidade analisar os aspectos financeiros e orçamentários da proposta de alteração da legislação municipal que estabelece a remuneração do cargo de Contador do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim – SAAE, mediante alteração do enquadramento remuneratório da classe 9UN para a classe 10UN.

A análise considera os valores apresentados no quadro-resumo da proposta, abrangendo o salário-base e os respectivos encargos patronais de FGTS e INSS, com o objetivo de identificar o acréscimo de despesa decorrente da alteração pretendida.

### II – DA ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO

Considerando os valores das referidas classes, a alteração proposta apresenta os seguintes efeitos financeiros:

| Descrição | Classe 9UN | Classe 10UN | Diferença mensal |
|---|---|---|---|
| **Salário-base** | R$ 5.881,24 | R$ 6.586,98 | R$ 705,74 |
| **FGTS** | R$ 470,50 | R$ 526,96 | R$ 56,46 |
| **INSS patronal** | R$ 1.176,25 | R$ 1.317,40 | R$ 141,15 |
| **Custo mensal total** | **R$ 7.527,99** | **R$ 8.431,33** | **R$ 903,35** |

Verifica-se que a alteração da classe remuneratória de 9UN para 10UN representa um acréscimo de R$ 705,74 no salário-base mensal, correspondente a aproximadamente 12% sobre a remuneração atualmente estabelecida.

Considerando os encargos patronais informados, o custo mensal total do cargo passará de R$ 7.527,99 para R$ 8.431,33, resultando em um acréscimo mensal de R$ 903,35. Para fins de planejamento orçamentário, considerando doze meses do exercício, além do 13º salário e o pagamento das férias anuais, **o impacto financeiro anual alcançará R$ 12.646,90.**

SAAE
MOGI MIRIM

**III – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A implementação da alteração remuneratória deverá observar a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar o acréscimo de despesa, bem como sua compatibilidade com as leis orçamentárias e com o planejamento financeiro da Autarquia.

Deverá ser verificada, ainda, a repercussão da medida sobre a despesa total com pessoal, em conformidade com as premissas da referida Lei Complementar, inclusive quanto aos limites legais e às restrições eventualmente incidentes sobre a concessão de aumentos remuneratórios.

Considerando o Relatório da Gestão Fiscal consolidado do Município de Mogi Mirim, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2026, que compreende o período entre os meses de setembro/2025 a agosto/2026, o índice do comprometimento da Receita Corrente Líquida – RCL com as Despesas de Pessoal alcançou 37,16% e o incremento de R$ 12.646,90 nas despesas impactará em 0,0017%.

Na Lei Orçamentária Anual vigente para o exercício de 2026 existem dotações específicas que suportam o baixo impacto orçamentário e financeiro que será causado pela alteração pretendida.

**IV – DA CONCLUSÃO**

Diante dos elementos apresentados, sob o enfoque estritamente financeiro, conclui-se que a alteração do enquadramento remuneratório do cargo de Contador da classe 9UN para a classe 10UN acarretará acréscimo mensal estimado de R$ 903,35, considerando o salário-base e os encargos patronais constantes do quadro-resumo.

O impacto financeiro anual básico, considerando doze meses de pagamento, corresponde a R$ 10.840,08, podendo atingir aproximadamente R$ 12.646,90 quando considerados, em caráter estimativo, os reflexos do 13º salário e do adicional constitucional de férias, observadas as premissas de cálculo e a incidência dos encargos aplicáveis impactará em apenas 0,0017% o índice previsto no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, **a proposta apresenta impacto financeiro identificável e quantificável, e o incremento salarial é totalmente suportado pelas dotações existentes na Lei Orçamentária Anual vigente, bem como para os dois exercícios subsequentes, considerando o Plano Plurianual vigente, que compreende os exercícios entre 2026 e 2029.**

Mogi Mirim, 28 de outubro de 2026.

EVANDRO ANTONIO TRENTIN:15857196841
Assinado de forma digital por EVANDRO ANTONIO TRENTIN:15857196841

Evandro Antonio Trentin
Diretor Financeiro
Saae Mogi Mirim

# Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

## Demonstrativo de apuração das Despesas com Pessoal - Poder Executivo

(Artigo 22, Artigo 59, § 1º, incisos II e IV e § 2º da LC. 101/00; §§ 1º e 2º do Artigo 2º da Lei Federal nº 9717/98)

**Período: Setembro/2025 a Agosto/2026** **Órgão: Poder Executivo**

### DESPESAS COM PESSOAL

| ESPECIFICAÇÃO | SET/2025 | OUT/2025 | NOV/2025 | DEZ/2025 | JAN/2026 | FEV/2026 | MAR/2026 | ABR/2026 | MAI/2026 | JUN/2026 | JUL/2026 | AGO/2026 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| VENCTOS. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ATIVO | 14.449.124,76 | 14.918.195,57 | 15.194.970,50 | 32.433.231,20 | 10.311.732,45 | 17.884.309,78 | 15.626.091,06 | 16.272.478,89 | 17.809.482,15 | 20.174.388,29 | 16.369.852,06 | 16.149.561,88 | 207.593.418,59 |
| TERCEIRIZAÇÃO DE MAO-DE-OBRA (ART. 18. PAR.1º DA L.R.F.) | 1.489.072,73 | 1.055.900,32 | 846.061,50 | 1.791.093,72 | 315.281,53 | 1.423.366,17 | 1.223.100,18 | 1.531.974,98 | 1.359.015,61 | 1.358.449,66 | 1.232.546,63 | 865.477,70 | 14.491.440,73 |
| REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS | 239.432,00 | 238.594,67 | 255.760,00 | 268.320,00 | 254.922,67 | 301.813,34 | 296.789,33 | 301.813,33 | 282.973,34 | 298.882,66 | 262.040,00 | 292.602,67 | 3.293.944,01 |
| ENCARGOS SOCIAIS | 3.217.244,87 | 3.298.619,11 | 3.339.007,51 | 7.795.546,57 | 2.741.870,56 | 4.038.546,23 | 4.007.294,74 | 4.234.123,35 | 4.612.162,11 | 4.661.190,93 | 4.251.086,05 | 4.239.572,74 | 50.436.264,77 |
| INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS | 160.632,35 | 160.632,35 | 160.632,35 | 246.497,78 | 161.284,10 | 180.242,47 | 164.668,48 | 170.904,12 | 171.665,21 | 169.217,51 | 147.220,99 | 147.220,99 | 2.060.818,70 |
| OUTRAS DESPESAS E OBRIGAÇOES (VARIÁVEIS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 34.113,03 | 34.113,03 |
| SENTENÇAS JUDICIAIS | 633.756,28 | 692.298,25 | 1.225.683,61 | 1.306.986,70 | 532.124,40 | 948.750,66 | 251.185,38 | 124.639,31 | 41.815,50 | 127.754,11 | 237.732,28 | 895.910,22 | 7.018.636,70 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 20.582,16 | 37.113,60 | 71.479,51 | 106.320,59 | 104.650,02 | 6.104.270,41 | 62.546,62 | 150.465,50 | 43.370,50 | 10.145,00 | 29.901,38 | 124.726,83 | 6.865.572,12 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 478.756,82 | 317.559,05 | 95.883,60 | 21.117,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 913.316,73 |
| **SUBTOTAL ( I )** | **20.209.845,15** | **20.401.353,87** | **21.093.594,99** | **43.947.996,56** | **14.900.622,55** | **31.199.858,11** | **21.727.569,39** | **22.807.516,74** | **24.320.484,42** | **26.828.025,16** | **22.530.479,39** | **22.749.186,06** | **292.707.525,36** |

### DEDUÇÕES (§ 1º do Artigo 19º da LC 101/00)

| ESPECIFICAÇÃO | SET/2025 | OUT/2025 | NOV/2025 | DEZ/2025 | JAN/2026 | FEV/2026 | MAR/2026 | ABR/2026 | MAI/2026 | JUN/2026 | JUL/2026 | AGO/2026 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA | 20.582,16 | 37.113,60 | 71.479,51 | 97.382,06 | 104.650,02 | 6.031.056,15 | 62.546,62 | 150.465,50 | 36.165,91 | 10.145,00 | 27.782,52 | 124.726,83 | 6.774.095,88 |
| DECORRENTES DECISÃO JUDICIAL E EXERCÍCIO ANTERIORES | 633.756,28 | 692.298,25 | 1.225.683,61 | 1.306.986,70 | 532.124,40 | 948.750,66 | 251.185,38 | 124.639,31 | 41.815,50 | 127.754,11 | 237.732,28 | 895.910,22 | 7.018.636,70 |
| VENCIMENTO ACS E ACE (E.C. 120/2022) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 259.923,59 | 327.719,76 | 311.122,53 | 307.395,43 | 404.188,64 | 450.822,36 | 334.439,89 | 289.618,56 | 2.685.230,76 |
| VENCIMENTO DO PISO SALARIAL ENFERMEIROS - EC 127/2022 | 62.283,09 | 41.549,29 | 40.138,85 | 87.729,15 | 9.406,64 | 38.695,21 | 38.522,85 | 38.522,85 | 29.028,05 | 29.028,05 | 26.325,88 | 23.281,61 | 464.511,52 |
| **SUBTOTAL ( II )** | **716.621,53** | **770.961,14** | **1.337.301,97** | **1.492.097,91** | **906.104,65** | **7.346.221,78** | **663.377,38** | **621.023,09** | **511.198,10** | **617.749,52** | **626.280,57** | **1.333.537,22** | **16.942.474,86** |

### DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL LÍQUIDO ( I - II )** | **19.493.223,62** | **19.630.392,73** | **19.756.293,01** | **42.455.898,65** | **13.994.517,90** | **23.852.636,33** | **21.064.192,01** | **22.186.493,65** | **23.809.286,32** | **26.202.279,64** | **21.904.198,82** | **21.415.648,84** | **275.765.050,52** |

**Nota Explicativa:**

1. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente com ativos, inativos e pensionistas;
2. Para a apuração da dedução do Regime Próprio de Previdência é considerado mensalmente a despesa de inativos e pensionistas até o limite da receita arrecadada, conforme demonstrativo disponibilizado no site do Tribunal de Contas.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:28108664600

Paulo de Oliveira e Silva
Prefeito Municipal

LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878

Leonara Mariano Ferreira
Contadora
1SP 247915/O-8

MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862

Moisés da Rocha Dantas
Controlador Interno

MAURO ZEURI:04454830835

Mauro Zeuri
Secretário de Finanças

PROC. Nº 133126
FOLHA Nº 17

# Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

## Demonstrativo de Apuração da D.C.L. (Exceto Previdência)

**Período: Setembro/2025 a Agosto/2026**

| Especificação | Saldo Exercício Anterior | Saldo do Exercício Atual | | |
|---|---|---|---|---|
| | | 1º Quadrimestre | 2º Quadrimestre | 3º Quadrimestre |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA - DC** | | | | |
| DÍVIDA CONTRATUAL | 138.616.471,26 | 145.993.279,82 | 143.697.862,63 | 0,00 |
| PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS | 31.218.822,23 | 29.881.792,99 | 18.171.314,35 | 0,00 |
| DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 31.218.822,23 | 29.881.792,99 | 18.171.314,35 | 0,00 |
| PREVIDENCIÁRIAS | 31.218.822,23 | 29.881.792,99 | 18.171.314,35 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS | 107.397.649,03 | 116.111.486,83 | 125.526.548,28 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 5.5.2000 (INCLUSIVE) - | 47.565.096,96 | 47.465.397,29 | 47.465.397,29 | 0,00 |
| OUTRAS DÍVIDAS | 11.977.308,03 | 11.301.901,31 | 10.626.494,59 | 0,00 |
| **TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)** | **198.158.876,25** | **204.760.578,42** | **201.789.754,51** | **0,00** |
| **DEDUÇÕES** | | | | |
| ATIVO DISPONÍVEL | 158.522.025,10 | 184.628.769,87 | 181.959.560,40 | 0,00 |
| HAVERES FINANCEIROS | 204.745,36 | 205.556,68 | 205.528,91 | 0,00 |
| (-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 16.888.271,91 | 1.570.009,61 | 1.107.164,24 | 0,00 |
| (-) DEPÓSITOS RESTITUÍVES E VALORES VINCULADOS | 5.433.131,72 | 4.692.087,25 | 4.739.716,01 | 0,00 |
| **TOTAL DEDUÇÕES (II)** | **136.405.366,83** | **178.572.229,69** | **176.318.209,06** | **0,00** |
| **OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC** | | | | |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES/POSTERIORES A 5.5.2000 | 146.246.214,64 | 145.911.741,68 | 145.911.741,68 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 102.961,57 | 114.794,48 | 108.066,71 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS | 51.669.310,28 | 15.592.547,44 | 7.138.006,61 | 0,00 |
| **TOTAL OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC** | **198.018.486,49** | **161.619.083,60** | **153.157.815,00** | **0,00** |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)** | **61.753.509,42** | **26.188.348,73** | **25.471.545,45** | **0,00** |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | **720.441.873,05** | **720.226.818,44** | **745.116.353,27** | **0,00** |
| **PERCENTUAL DA DC SOBRE A RCL (I / IV)** | **27,51** | **28,43** | **27,08** | **0,00** |
| **PERCENTUAL DA DCL SOBRE A RCL (III / IV)** | **8,57** | **3,64** | **3,42** | **0,00** |
| **LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO** | **120,00** | **120,00** | **120,00** | **120,00** |

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600 Assinado de forma digital por PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600

Paulo de Oliveira e Silva
Prefeito Municipal

LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878 Assinado de forma digital por LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878

Leonara Mariano Ferreira
Contadora
1SP 247915/O-8

MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862 Assinado de forma digital por MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862

Moisés da Rocha Dantas
Controlador Interno

MAURO ZEURI:04454830835 Assinado de forma digital por MAURO ZEURI:04454830835

Mauro Zeuri
Secretário de Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: AGOSTO DE 2026

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência(a) |
| Mobiliária | 0 | 0 |
| Interna | 0 | 0 |
| Externa | 0 | 0 |
| Contratual | 17.241.058,53 | 31.179.248,52 |
| Interna | 17.241.058,53 | 31.179.248,52 |
| Empréstimos | 17.241.058,53 | 31.179.248,52 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0 | 0 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0 | 0 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0 | 0 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I) | 0 | 0 |
| Externa | 0 | 0 |
| Empréstimos | 0 | 0 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0 | 0 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0 | 0 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0 | 0 |
| Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II) | 0 | 0 |
| **TOTAL (III)** | **17.241.058,53** | **31.179.248,52** |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 751.598.300,02 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V) | 6.481.946,75 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V) | 745.116.353,27 | |
| OPERAÇÕES VEDADAS (VII) | 0 | |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa) | 31.179.248,52 | 4,18 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 119.218.616,52 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%> | 107.296.754,87 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 52.158.144,73 | 7,00 |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de Referência | Até o Quadrimestre de Referência(a) |
| Parcelamentos de Dívidas | 0 | 0 |
| Tributos | 0 | 0 |
| Contribuições Previdenciárias | 0 | 0 |
| FGTS | 0 | 0 |
| Demais Contribuições Sociais | 0 | 0 |
| Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas | 0 | 0 |

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600 Assinado de forma digital por PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600 Dados: 2026.10.01 10:13:22 -03'00'
Paulo de Oliveira e Silva
Prefeito Municipal

MAURO ZEURI:04454830835 Assinado de forma digital por MAURO ZEURI:04454830835 Dados: 2026.10.01 09:25:17 -03'00'
Mauro Zeuri
Secretário de Finanças

MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862 Assinado de forma digital por MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862 Dados: 2026.10.01 10:01:55 -03'00'
Moisés da Rocha Dantas
Controlador Interno

LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878 Assinado de forma digital por LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878 Dados: 2026.10.01 09:01:40 -03'00'
Leonara Mariano Ferreira
Contadora Geral do Município

PROC. Nº 13126
FOLHA Nº 17

**Prefeitura Municipal de Mogi Mirim**

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo
(Artigo 54 e 55, da LC. 101/00)

**Período: SETEMBRO/2025 a AGOSTO/2026** **Poder Executivo**

| QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF | Valores em R$ | % |
|---|---|---|
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - CÁLCULO DE DESP. COM PESSOAL** | **742.052.539,78** | |
| **DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL** | | |
| MONTANTE | 275.765.050,50 | 37,16 |
| LIMITE MÁXIMO (ART. 20 LRF) | 400.708.371,48 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR. ÚNICO ART. 22 LRF) | 380.672.952,91 | 51,30 |
| EXCESSO A REGULARIZAR | - | 0,00 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DE ENDIVIDAMENTO** | **745.116.353,27** | |
| **DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA** | | |
| SALDO DEVEDOR | 25.471.545,45 | 3,64 |
| LIMITE LEGAL (ART.S 3º E 4º RES. 40 SENADO) | 894.139.623,92 | 120,00 |
| EXCESSO A REGULARIZAR | - | 0,00 |
| **CONCESSÕES DE GARANTIA** | | |
| MONTANTE | - | 0,00 |
| LIMITE LEGAL (ART. 9º RES. 43 SENADO) | 163.925.597,72 | 22,00 |
| EXCESSO A REGULARIZAR | - | 0,00 |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)** | | |
| REALIZADAS NO PERÍODO | 31.179.248,52 | 4,18 |
| LIMITE LEGAL (INC. I DO ART. 7º RES. 43 SENADO) | 119.218.616,52 | 16,00 |
| EXCESSO A REGULARIZAR | - | 0,00 |
| **ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS** | | |
| SALDO DEVEDOR | - | 0,00 |
| LIMITE LEGAL (ART. 10º RES. 43 SENADO) | 52.158.144,73 | 7,00 |
| EXCESSO A REGULARIZAR | - | 0,00 |

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Sistema Audesp do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862 Assinado de forma digital por MOISES DA ROCHA DANTAS:17270803862 Dados: 2026.10.01 10:01:41 -03'00'

Moisés da Rocha Dantas
Controlador Interno

LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878 Assinado de forma digital por LEONARA MARIANO FERREIRA:29540039878 Dados: 2026.10.01 09:02:06 -03'00'

Leonara Mariano Ferreira
Contadora
1SP 247915/O-8

PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600 Assinado de forma digital por PAULO DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600 Dados: 2026.10.01 10:10:50 -03'00'

Paulo de Oliveira e Silva
Prefeito Municipal

MAURO ZEURI:04454830835 Assinado de forma digital por MAURO ZEURI:04454830835 Dados: 2026.10.01 09:31:36 -03'00'

Mauro Zeuri
Secretário de Finanças

LIDO EM SESSÃO DE HOJE.
SALA DAS SESSÕES, EM
09 - 11 - 2026

PRESIDENTE

ENCAMINHAR ÀS COMISSÕES:
Justiça e Redação
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Diretor - Geral

VISTA

Aos 09 de Novembro de 26 faço estes autos com vista à Comissão de Justiça e Redação

Eu 1º Secretário subscrevi